



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0001197-68.2015.8.24.0600  
Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária  
Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina  
Requerido: Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 23/2015

Período da correição: de 3 de agosto a 2 de outubro de 2015

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística e dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## **DADOS DA UNIDADE**

Comarca: Criciúma

Unidade: 3ª Vara Cível

Municípios integrantes: Criciúma, Siderópolis, Nova Veneza e Treviso

Juiz titular: Fábio Nilo Bagattoli

Chefe de cartório: Ana Paula Zanette Klippel

Última correição por equipe da CGJ/SC: de 30 de maio a 3 de junho de 2011 – Autos n. 0010486-64.2011.8.24.0600 (presencial)

Competência: Resolução n. 41/2011 – TJ: " [...] Art. 2º - As 4 (quatro) Varas Cíveis da comarca de Criciúma terão competência concorrente para: I - processar e julgar:

a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e b) os feitos relativos a acidentes de trânsito, ressalvada a opção da parte pelo Juizado Especial Cível. II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias cíveis, no âmbito de sua competência.

Entrância: especial

Lei de criação: 1/1975, de 22-12-1975

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
<b>1.1.1</b>	<b>Processos em andamento + procedimentos em andamento</b>	<b>2.271</b>	
1.1.2	Processos em andamento	2.071	
1.1.3	Procedimentos em andamento	200	
<b>1.1.4</b>	<b>Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias</b>	<b>263</b>	
	<b>Cível – Genérico - Processo</b>		
1.1.4.1	Ag. Encerramento do Ato	193	
1.1.4.2	Ag. Impressão - Vara	5	
1.1.4.3	Ag.Prazo	26	
1.1.4.4	Concluso para Despacho Inicial	3	
1.1.4.5	Concluso para Despacho Saneador	2	
1.1.4.6	Concluso para Sentença	4	
1.1.4.7	Recebido Contadoria	1	
1.1.4.8	Recebido Distribuição	3	
1.1.4.9	Recebido do Juiz - Decisão	12	
1.1.4.10	Recebido do Juiz - Despacho	3	
1.1.4.11	Redistribuído	9	
1.1.4.12	Com classe alterada	2	
	Indicador	Valor	
<b>1.1.5</b>	<b>Outros setores (listar os setores encontrados com processos)</b>	<b>Total</b>	<b>+ 100 dias</b>
1.1.5.1	Contadoria	1	0
1.1.5.2	Distribuição	1	0

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) em 21-10-2015. Mês de referência: setembro/2015 (fl. 78).

b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 4-8-2014.



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
<b>1.2.1</b>	<b>Processos em andamento + procedimentos em andamento</b>	<b>7.580</b>
1.2.2	Processos em andamento	7.343
1.2.3	Procedimentos em andamento	237
<b>1.2.4</b>	<b>Processos sem movimento há mais de 180 dias</b>	<b>1.288</b>
1.2.5	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015 (fl. 79).

### PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador	Valor
<b>1.2.6</b>	<b>Quantidade total de processos em carga</b>	<b>1.835</b>
	Local	Total + 100 dias
	<b>Cargas internas</b>	
1.2.7	Contadoria	132 0
1.2.8	Distribuição	22 10
1.2.9	Juizes (Eliza Maria Strapazon, Fábio Nilo Bagattoli, Luiz Carlos Vailati Júnior, Marciano Donato, Rafael Milanesi Spillere e Sérgio Renato Domingos)	1.398 1.008
	<b>Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ</b>	
1.2.10	Advogado	272 32
1.2.11	Leiloeiro	2 2
1.2.12	Perito	9 4
1.2.13	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015 (fl. 80).

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.14	Quantidade total de processos com o juiz	593	1.398	1.991

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.15	Janeiro a dezembro de 2013	1.953	163
1.2.16	Janeiro a dezembro de 2014	1.954	163
1.2.17	Janeiro a setembro de 2015 (mês anterior ao da consulta)	1.371	152
1.2.18	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	211	1
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		0	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		29	1
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		142	13
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		47	3
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		109	11
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 29-7-2015 (fls. 8-27). b) Segunda verificação em 21-10-2015 (fls. 81-85). c) Orienta-se que a chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	205	57	198	23
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	269	160	19	11
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	97	26	91	27
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	1	1	284	11
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	37	27	43	22
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	115	23	73	24
1.3.11.8	Cartório - arquivar	210	82	190	55
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	2	1	2	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	253	16	128	5
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	12	3	4	0
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	3	3	1	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	218	168	277	180
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	274	42	416	76
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	7	1	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	3	2	6	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	152	13	220	3
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	0	0	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 29-7-2015. b) Segunda verificação em 21-10-2015. c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico". d) Item 1.3.11.11: a relação dos processos localizados em "cartório-escaninho do juiz" está juntado às fls. 86-89.				



#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	3	3
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	Não se aplica
		Definitivo		Não se aplica	Não se aplica
1.4.7.1	Réu preso - total		Não se aplica	Não se aplica	





1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-6-2015)		4.614	2.082	
	Petição intermediária		1.298	740	
	Peticionamento eletrônico		51	33	
	Mandados		58	55	
	AR		302	288	
	Execução de sentença		24	0	
	Incidente processual		337	0	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	1.204	343	
	Pauta de audiências		22	5	
	Carga		424	372	
	Cartas recebidas		78	18	
	Processo		252	41	
	Recurso		37	0	
	Usuário		527	187	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			5.863	5.919
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			0	0
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			0	1
1.4.12	Observações				
a) Primeira verificação em 29-7-2015 (fls. 28-34) a.1) Item 1.4.9: dos 5.863 processos, 35 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 5.828 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 21-10-2015 (fls. 90-95). b.1) Item 1.4.9: dos 5.919 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 5.918 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".					



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	1.088	113
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		583	530
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		Não se aplica	Não se aplica
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		Não se aplica	Não se aplica
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		286	261
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 29-7-2015 (fls. 36-52).</p> <p>a.1) Itens 1.5.2: dados do mês de junho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 21-10-2015 (fls. 97-114).</p> <p>b.1) Itens 1.5.2: dados do mês de setembro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 29-7-2015 (fl. 53) a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 8-5-2014.  b) Segunda verificação em 21-10-2015 (fl. 115). b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 22-9-2015.		



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística e Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2016.

Débora Zitta  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

Cristiane Bernadete de Souza  
Analista Jurídico - M14829